

Senado Federal

Jader perde álibi para evitar julgamento político

Dida Sampaio/AE

Novas denúncias podem derrubar argumento de que fatos investigados são anteriores a mandato e provar que ele mentiu na tribuna do Senado

CIDA FONTES
e EUGÉNIA LOPES

BRASÍLIA – O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) deverá ser investigado pelo Conselho de Ética do Senado por causa das novas denúncias que o envolvem em atos irregulares praticados durante o seu mandato. Até o momento, Jader se prendia ao argumento de que as acusações, sendo anteriores a sua posse como senador, não poderiam ser examinadas pelo colegiado. Agora, ele poderá, além disso, ser acusado de quebra de decoro parlamentar por ter mentido ao fazer sua defesa na tribuna do Senado, resultando na abertura de processo de cassação.

Ainda nesta semana, os líderes do PPS, senador Paulo Hartung (ES), e do PT, senadora Heloísa Helena (AL), vão com nova denúncia contra Jader à Mesa do Senado, com base em acusações publicadas pela imprensa no fim de semana, o que deve agravar sua situação e pode antecipar a renúncia do peemedebista.

“São denúncias graves e o Conselho de Ética terá de investigar”, afirmou Hartung. “Sendo atestada a veracidade das provas, constitui a materialidade de conduta violadora ao Código de Ética e Decoro Parlamentar e a única medida disciplinar, estabelecida na Constituição, é a cassação do mandato”, disse a petista. Por iniciativa do PMDB, os partidos aliados estavam trabalhando para que as acusações contra Jader fossem investigadas apenas pelo Ministério Público, sem a participação do conselho, depois que ele resolveu afastar-se da presidência do Senado por 60 dias.

Argumento – O argumento dos governistas, usado na carta de licença do senador, era que todas as denúncias eram anteriores a seu mandato e, por isso, não poderiam ser examinadas no Conselho de Ética. No entanto, diante das novas acusações, a oposição e até partidários de Jader admitem que o presidente do conselho, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), será obrigado a abrir as investigações.

Os líderes da oposição farão um adendo na denúncia ao conselho, já apresentada na sema-

na passada, incluindo o suposto envolvimento de Jader, em 1998, na cobrança de propina para liberação de verbas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Segundo gravação divulgada pela revista *IstoÉ*, o deputado estadual Mário Frota (PDT-AM), coordenador da Sudam em 1998, cobra, em nome de Jader, o pagamento de US\$ 5 milhões para liberação de US\$ 40 milhões em incentivos fiscais.

Mentira – Além desse episódio, Jader vem sendo acusado também de mentir a seus colegas. Tanto oposicionistas quanto governistas estão apostando que o senador terá de renunciar ao mandato, caso o Conselho de Ética comprove que ele entrou em contradição e mentiu, no dia 16 de abril deste ano, em discurso na tribuna do Senado.

Na época, o então presidente do Senado garantiu que sua sociedade com José Osmar Borges, um dos suspeitos de fraudar recursos da Sudam, teria sido agravada sua situação e pode antecipar a renúncia do peemedebista.

OFENSIVA
PODE
APRESSAR
RENÚNCIA

do pública, constando de suas declarações de renda. O negócio, porém, não foi declarado.

Outra contradição de Jader refere-se ao caso do Banco do Estado do Pará (Banpará). Em todos os pronunciamentos, ele negou ter recebido relatório do Banco Central que apontava depósitos em sua conta corrente em uma agência do Itaú.

Entretanto, a diretoria do BC desmentiu Jader e, em nota oficial, assegurou que ele recebeu, em 21 de março, cópia do resumo feito recentemente por inspetores do BC com base nos relatórios de 1992. Na avaliação de peemedebistas ligados a Jader, a situação do senador fica mais complicada com as novas denúncias. “Gosto de Jader, mas não sou responsável pelo que ele fez no passado e não ficarei solidário caso sejam comprovados os desvios no Banpará”, afirmou um aliado.

A disputa pelo espólio deve ficar mais acirrada, porque seus aliados acreditam que, agora, dificilmente Jader voltará à presidência do Senado. O processo para substituí-lo já começou. Com a perspectiva de investigação pelo Conselho de Ética, os peemedebistas acreditam que Jader será julgado em um processo político e não mais apenas técnico.



Senadores oposicionistas Paulo Hartung e Heloísa Helena: ‘denúncias graves’ que o Senado não pode deixar de apurar